



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



**Eixo Temático: Educação e Desigualdades**

## **DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: Neoliberalismo e desigualdades no Brasil**

Cristiana Paula Giroto<sup>1</sup>  
Juliana Carla Giroto<sup>2</sup>  
Luciane Spanhol Bordignon<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Nos últimos anos, observa-se uma ameaça constante ao desenvolvimento das políticas sociais como um todo e à área educacional especialmente, causando prejuízos à população, principalmente em situação de vulnerabilidade. Acompanhamos um crescente movimento que privilegia a “lógica de mercado” em detrimento da atuação do Estado, sendo uma tendência que compromete o atendimento de direitos básicos. Tendo como referência Santos (2021), Soares (2003) e Dubet (2020), este texto tem como objetivo identificar os desafios presentes nas políticas educacionais, no contexto neoliberal de exclusão e desigualdades. Sendo assim, partimos da seguinte problemática norteadora: considerando a atuação do Estado no contexto neoliberal, o qual aprofunda o cenário de exclusão e desigualdades, quais os desafios que estão presentes nas políticas educacionais? Nesta perspectiva, abordaremos a relação entre educação e desigualdade, bem como a necessidade de formulação e implementação de políticas como mecanismo de garantia de proteção e de inclusão.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Educação. Estado. Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 tornou-se um marco no processo de consolidação e ampliação dos direitos sociais no Brasil, estabelecidos no artigo 6º: “São direitos sociais a

<sup>1</sup> Licenciada em Letras - Português/Literatura pela Universidade Luterana do Brasil (2011). Licenciada em Pedagogia - Licenciatura pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim. Mestranda em Educação pelo PPGEdu/UPF - Linha de Políticas Educacionais. Bolsista PROSUC II - CAPES/UPF. Assistente em Administração na UFFS Campus Erechim, cristianagirotto27@gmail.com.

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada (URI). Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutoranda em Educação pelo PPGEdu/UPF - Linha de Políticas Educacionais. Técnica em Assuntos Educacionais do IFRS - Campus Erechim, julianacarlagiroto@gmail.com. Trabalho desenvolvido com apoio do IFRS e da CAPES - Bolsa PROSUC II - UPF.

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Licenciatura Curta Duração pela Universidade de Passo Fundo (1987), Graduação em Licenciatura Plena Habilitação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1992), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2008), Doutorado Sanduíche no Instituto de Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (2011), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014) e Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da UNESCO, lucianebordignon@upf.br.



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Dessa maneira, o texto da Constituição brasileira criou uma perspectiva de garantia fundamental do acesso às condições dignas de vida à população de forma individual e coletiva. Entretanto, passadas mais de três décadas e meia de sua promulgação, esse conjunto de direitos sociais possui dificuldades muito sérias para a sua real efetivação. Entre as principais causas disso, está a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde o período colonial (Carvalho, 2016, p. 208).

Além disso, as dificuldades para a efetivação dos direitos sociais se acentuaram ao longo dos anos devido à visão hegemônica existente tanto no mundo quanto no Brasil de que é preciso constituir um Estado comprometido em implantar um receituário neoliberal, o qual se traduz em consequências extremamente restritivas para as áreas sociais, como é o caso da educação pública. O agravamento de situações sociais de exclusão e desigualdade gera demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas às políticas sociais pelo neoliberalismo.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é identificar os desafios presentes nas políticas educacionais, no contexto neoliberal de exclusão e desigualdades. Nesse sentido, apresentamos a seguinte problemática norteadora: considerando a atuação do Estado no contexto neoliberal, o qual aprofunda o cenário de exclusão e desigualdades, quais os desafios que estão presentes nas políticas educacionais? O artigo está dividido em duas seções: na primeira parte são abordados alguns aspectos da atuação do Estado num cenário de ajuste neoliberal; em seguida, é apresentado um breve contexto de políticas educacionais implementadas no país nos últimos anos e alguns impactos causados na realidade educacional brasileira. Este artigo não tem a pretensão de esgotar a abordagem da temática, mas sim, apontar reflexões que possam instigar novos estudos referentes ao tema.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos seguem uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica e qualitativa. Como fundamentação teórica se utilizou textos dos respectivos



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



autores: Santos (2021), Soares (2003) e Dubet (2020). Além desses, fazem parte do corpus da pesquisa as legislações nacionais e documentos oficiais, bem como dados de pesquisas realizadas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **A ATUAÇÃO DO ESTADO FRENTE ÀS POLÍTICAS DE AJUSTE NEOLIBERAL**

O modelo de desenvolvimento econômico seguido pela maioria de países no mundo e seus governos revelam um aspecto concentrador e excludente. As áreas sociais apresentam-se mais vulneráveis, considerando as condições econômicas de restrição de investimentos impostas pelas políticas de reforma e ajuste neoliberal. Este paradigma contribui para a mercantilização, a descentralização e conseqüentemente afeta o funcionamento de sistemas como educação e saúde. Além disso, favorece a flexibilização e precarização das relações de trabalho, com a redução de salários e direitos dos trabalhadores, incentivando a informalidade e ampliando as taxas de desemprego e subemprego.

Para Soares (2003, p.25) as reformas estruturais de cunho neoliberal foram centradas “na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (Soares, 2003, p. 19), tendo ações impostas pelo Banco Mundial como condição para o fornecimento de crédito e o pagamento de dívidas, forçando a redução em gastos públicos sociais e o repasse de serviços para a iniciativa privada. Para Santos (2021) a onda global de privatização dos bens sociais, como, saúde, educação, água, eletricidade e outros serviços, foram apenas a manifestação mais visível da prioridade dada à mercantilização da vida coletiva. Para o autor, em quase todos os países observa-se a mesma transição: “da regulação estatal da economia para a regulação econômica do Estado” (Santos, 2021, p.143).

Registre-se que, desde a década de 1980, em que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo sujeito à lógica do setor financeiro, o mundo vive em constante estado de crise. Neste caso, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais, como saúde, educação e previdência social, assim como, a deterioração dos salários. Com esta justificativa contínua de crise, ela “transforma-se na causa



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



que explica tudo” e impede que se pergunte pelas verdadeiras razões que legitimam a concentração de riqueza e que impeçam que sejam tomadas medidas mais eficazes no cenário de iminente catástrofe ecológica (Santos, 2021).

Diante disso, pensar numa perspectiva de sociedade que se oponha à visão neoliberal se apresenta como um grande desafio, frente a uma realidade fatalista, conservadora e desmobilizadora, que apresenta consequências de natureza política e social importantes. Para Soares (2003) é urgente projetar uma perspectiva que se oponha à visão hegemônica da atual situação social, sendo necessário um diagnóstico “não-liberal” para pensar uma visão alternativa que enfrente a atual realidade e não se limite a combater suas consequências. Diante da atuação do Estado frente às políticas de ajuste neoliberal, apresentamos na sequência, as políticas educacionais no Brasil, considerando o cenário de desigualdades.

## **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL CONSIDERANDO UM CENÁRIO DE DESIGUALDADES**

Após um longo período da ditadura civil-militar (1964-1984), o Brasil passou por um processo de redemocratização que começou no final dos anos 1970 e culminou na década de 1980 através do governo da Nova República (1985), a promulgação da nova Constituição Federal em 1988 e a volta das Eleições Diretas para Presidente da República em 1989. Nesse caminho, a nova Constituição Federal consolidou e ampliou a previsão de direitos sociais em áreas como a Educação, a Saúde e a Previdência Social (Carvalho, 2016, p. 208). Mas, a estrutura social com a desigualdade acentuada não foi enfrentada, uma vez que a dinâmica de concentração econômica e de renda continuou. “A concentração da propriedade da terra, dos meios de comunicação, do sistema bancário, das estruturas industriais e comerciais só aumentou e, com ela, as desigualdades” (Sader, 2017, p.23).

Para Sader (2017), a polarização entre democracia e ditadura abriu espaço para o surgimento de um campo teórico e político, proposto pelo neoliberalismo emergente. Nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve uma atuação na redução da estrutura do Estado, privatizações, diminuição dos gastos sociais, precarização das relações de trabalho e enfraquecimento do movimento sindical. Ao assumir o governo em 2003, o presidente Luiz



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



Inácio Lula da Silva (2003-2010) herdou o país com uma profunda recessão econômica e atuou buscando restabelecer o Estado como um agente ativo de indução do crescimento econômico e de garantia dos direitos sociais. Mas a ação de menor resistência ao neoliberalismo fez com que não fossem transformadas as estruturas de poder e dada continuidade à hegemonia econômica do capital financeiro (Sader, 2017).

Neste período e no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), observou-se uma ampliação dos investimentos em educação com ações que buscaram enfrentar o avanço da desigualdade econômica e social através da efetivação de políticas públicas educacionais. Entre várias políticas implementadas é importante destacar a estruturação do novo Plano Nacional de Educação - PNE com vigência para o período de 2010 a 2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 que trouxe importantes contribuições em nível conceitual e de planejamento político e foi gerada de um acúmulo de discussões das CONAES - Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 e outros fóruns. Este documento define dez diretrizes que devem guiar a educação no país e estabelece vinte metas a serem cumpridas no período de dez anos. Além disso, reforça o princípio de cooperação federativa da política educacional, presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) ao estabelecer a atuação da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em regime de colaboração, para implementar as estratégias e alcançar as metas previstas.

Neste sentido, destacamos a meta vinte<sup>4</sup>, que apresenta relação com a implementação de todas as outras metas previstas, uma vez que, está associada à garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, primordial para garantir o atendimento das necessidades educacionais do país, como: a ampliação do acesso à educação, melhoria na infraestrutura escolar, formação de professores, implantação de tecnologias educacionais e, conseqüentemente, a superação das desigualdades educacionais.

<sup>4</sup> A meta 20 prevê: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (Brasil, 2014).



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



Ao observarmos o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE - 2020<sup>5</sup>, os recursos públicos para a educação aumentaram de R\$375,1 bilhões em 2015 para R\$377,1 bilhões em 2016, mas apresentaram queda nos dois anos seguintes, chegando a R\$368,8 bilhões em 2018. De 2015 a 2017, a queda real foi de 1,2%. Mesmo com a previsão de políticas prevendo mais investimentos em educação, observa-se que há um grande desafio na sua implementação com o recuo dos investimentos. O relatório também destaca os resultados observados de estagnação dos investimentos, estando em torno de 5% e 5,5% do PIB (Brasil, 2020).

Isso se deve, em grande parte, à redução nos investimentos em educação pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal aprovado no governo de Michel Temer (2016-2018) que desencadeou uma série de restrições em investimentos, reformas e desmonte de políticas públicas que estavam em andamento, direcionando o país para a agenda de ajuste fiscal neoliberal com restrição de políticas e investimentos nas áreas sociais.

Seguindo nesta perspectiva, o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), foi marcado por uma intensa agenda neoliberal, ultraconservadora, ideológica e anti-institucional, que buscou realizar as reformas reivindicadas pelo mercado. A “antipolítica bolsonarista” conjugou uma série de ações voltadas à destruição e ao desmonte de estruturas e políticas públicas existentes no Estado brasileiro, em áreas como educação, meio ambiente, direitos humanos e saúde, mesmo no período da pandemia de COVID-19<sup>6</sup> (Avritzer, 2021).

Ao observarmos este processo de constante instabilidade na implementação de políticas educacionais, percebe-se os reflexos das desigualdades retratados nos dados do módulo anual sobre Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

<sup>5</sup> O Inep tem como uma de suas atribuições publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, conforme determina a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

<sup>6</sup> A COVID-19 foi classificada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde devido à distribuição geográfica de casos de uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. No Brasil, foram contabilizados desde o início da pandemia 696.809 mortes e 36.809.608 casos conhecidos. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em 12 abr. 2024.



# XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

## V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

### CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



contínua do IBGE de 2023 e na Síntese de Indicadores Sociais de 2023<sup>7</sup>. Como amostra<sup>8</sup> deste contexto, ao refletirmos sobre alguns dados disponíveis no tópico “indicadores de frequência e atraso escolar”, observa-se que de 2016 a 2019, o Brasil ampliou a proporção de crianças de 0 a 5 e de 15 a 17 anos de idade frequentando instituições de ensino e manteve estável a frequência escolar dos grupos de crianças de 6 a 14 anos e o grupo de pessoas de 18 a 24 anos. Já, considerando o período de 2019 a 2022, o único grupo etário que manteve trajetória de crescimento da frequência escolar foi o de 15 a 17 anos, mas ainda sem alcançar a universalização, conforme previsto na Meta 3 do PNE (Brasil, 2014; Ibge, 2023). Ao considerar os dados de acesso à creche de crianças de 0 a 3 anos, manteve-se estável, estatisticamente, de 2019 a 2022, interrompendo a expansão verificada no período anterior. No grupo de 4 a 5 anos, houve queda na frequência escolar de 2019 a 2022. Os resultados levantados indicam que houve um recuo na garantia de acesso à escola em virtude da pandemia de COVID-19, que ainda não havia sido revertido em 2022 e que não houve avanço no cumprimento da Meta 1 do PNE (Brasil, 2014; Ibge, 2023).

Em relação à pandemia COVID-19, Dubet (2020) assinala sobre as desigualdades sociais e afirma que tal condição não é surpreendente se considerarmos a estrutura de desigualdades que rodeia o sistema educacional antes mesmo da pandemia (Dubet, 2020). Ainda conforme o autor “a escola na escola é melhor do que a escola em casa e do que a escola digital” (Dubet, 2020, p. 111). Nessa perspectiva, evidencia-se que em casa (vida privada), convive-se com os pares e na escola (vida pública) convive-se com a diversidade.

A partir desta abordagem, observa-se que a pandemia de COVID-19 revelou com mais nitidez as desigualdades educacionais já presentes, como evidenciado pela dificuldade de acesso às escolas, especialmente entre crianças de famílias mais vulneráveis. O não cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, representa um obstáculo significativo para lidar com esses desafios, especialmente diante da instabilidade política e da persistente desigualdade social.

<sup>7</sup> Tem como principal fonte de dados o módulo anual de Educação da PNAD Contínua - IBGE, com informações coletadas no 2º trimestre do ano civil, a partir de 2016. Em decorrência da pandemia de COVID-19, houve a suspensão da aplicação em 2020 e 2021. A série histórica, compreende dados de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022.

<sup>8</sup> Para contemplar o formato do trabalho para o evento, não foram abordados outros dados disponíveis neste relatório.



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetiva identificar os desafios presentes nas políticas educacionais no contexto neoliberal de exclusão e desigualdades. Nessa perspectiva, refletir sobre a atuação do Estado como um ente provedor de políticas sociais e educacionais é importante frente a um contexto global de forte influência neoliberal e um cenário econômico, político e social complexo e controverso.

O contexto brasileiro sofreu interferência, considerando uma trajetória histórica de instabilidade que influenciou no agravamento de situações sociais de exclusão e desigualdade e gerou demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas às políticas sociais e à educação pública. Observa-se que a garantia dos direitos sociais perpassa pela constituição de um Estado comprometido com a melhoria das condições de vida da população brasileira, que inclui a educação. Esta é condição *sine qua non* para o desenvolvimento das pessoas, das comunidades, bem como um meio para reduzir as desigualdades sociais.

Ao responder a pergunta central deste estudo: considerando a atuação do Estado no contexto neoliberal, o qual aprofunda o cenário de exclusão e desigualdades, quais os desafios que estão presentes nas políticas educacionais? Concordamos com Laval e Vergne (2023) ao salientarem que a solução para as desigualdades está centrada em duas lógicas igualitárias: por um lado, uma política geral que afete todas as dimensões da desigualdade social e uma política específica que diga respeito ao domínio da educação e da formação geral. Entretanto, isso somente acontecerá a partir de forte mobilização social.

Os encaminhamentos conclusivos indicam a necessidade de centralizar a educação, como a principal política pública, especialmente direcionada para os setores sociais de baixa renda e articulada com as demais políticas sociais. A ampliação dos investimentos públicos educacionais cria oportunidades decisivas para as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Fruto disso, a Educação torna-se fator fundamental para o crescimento econômico do país e para a redução das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n° 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 04 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: INEP, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. - 21ªed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DUBET, François. **O coronavírus, ‘a vingança das pequenas desigualdades’**. Entrevista a Jonathan Dupriez. Tradução de Juliane Bazzo e Camila Balsa. 20 Edição N°. 11, Vol. 1, jan/dez. 2021. ISSN 2317-9961. Inserida em: [http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/Antropologicas Epidêmicas](http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/Antropologicas_Epidemicas), 02 mai. 2020. Disponível em: [www.antropologicasepidemicas.com.br](http://www.antropologicasepidemicas.com.br).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação - PNAD 2023**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf). Acesso em 04 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em 07 abr. 2024.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação Democrática: a revolução escolar iminente**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2023.

SADER, Emir. Do Brasil que temos ao Brasil que queremos. *In*: SADER, Emir (org) **O Brasil que queremos**. 2. ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 272 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.